

Volt Portugal

Respostas Associação República e Laicidade Legislativas 2024

O programa do Volt Portugal pode ser lido neste link: https://voltportugal.org/storage/pdf/eleicoes/volt_programa_legislativas_2024.pdf

Sendo o programa longo e detalhado, aconselhamos também a utilização do nosso chatbot de AI, que permite um estudo mais facilitado do programa. Podem aceder ao VoltBot aqui: <https://voltportugal.org/chatbot>

Deixamos as respostas às vossas questões.

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da acção da vossa força política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavalemente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça»?

Sim, os valores referidos são estruturantes na nossa acção política. Nomeadamente referimos explicitamente no nosso programa político para as legislativas de 2024: "O Volt esforça-se para acabar com a discriminação contra mulheres e contra pessoas LGBTQIA+, bem como com a discriminação com base na etnia, nacionalidade, ascendência, cor da pele ou crença."

É possível também encontrar várias referências no nosso programa de 2024 que vão de encontro ao que nos questionam:

Inclusão e Diversidade: O Volt propõe medidas para garantir a melhor integração possível de novos migrantes, incluindo a criação de um Gabinete de Emigrante/Imigrante a nível Municipal, aulas gratuitas de Língua Portuguesa e

de cultura e valores portugueses, e o apoio ao trabalho de associações que promovem a inclusão de migrantes.

Direitos Humanos e Asilo: O partido defende o direito ao asilo e a participação de Portugal no estabelecimento de corredores humanitários seguros para refugiados, além de assegurar um processo de asilo que seja humano, rápido e justo.

Igualdade de Género: O Volt propõe medidas para promover a igualdade de género, incluindo a alteração de leis para refletir as realidades contemporâneas da parentalidade e garantir a igualdade entre géneros no envolvimento parental.

Luta Contra a Discriminação: O partido pauta-se pelos princípios de igualdade para todas as pessoas, propondo normas e ações concretas para alcançar a igualdade tanto na lei como na prática, incluindo o reconhecimento das pessoas e famílias não-monogâmicas.

Participação Cidadã: O Volt acredita que uma sociedade democrática depende da participação política informada dos seus cidadãos e da sociedade civil. O partido propõe garantir a liberdade, confiança e pluralidade dos meios de comunicação, bem como a transparência e acessibilidade da informação.

Estes pontos indicam um compromisso com a promoção da liberdade individual e da igualdade dos cidadãos, alinhando-se com os princípios de uma cidadania republicana num Estado laico, e visando uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou "raça".

2. São favoráveis à revogação da Concordata (que não confere direitos, atribui privilégios) e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja plenamente aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

Na nossa declaração de princípios somos claros: "O Volt acredita no direito de todos os cidadãos escolherem como querem viver a sua vida. Isto inclui os direitos de escolherem a sua religião."

Adicionalmente, no nosso programa para as legislativas de 2024, o Volt Portugal enfatiza a importância da igualdade de direitos e oportunidades para todos, independentemente de sua etnia, orientação sexual, idade, ou outras características, incluindo, por extensão, a religião.

Por exemplo, o partido propõe desenvolver e implementar políticas que permitam a todos os indivíduos, independentemente de sua religião, terem o direito de livre acesso à Internet e garantir a neutralidade das redes de telecomunicações. Além disso, o Volt Portugal esforça-se para acabar com todas as formas de discriminação e promover uma sociedade inclusiva, o que pode ser interpretado como um apoio à liberdade religiosa como parte de uma abordagem mais ampla para garantir a igualdade e a inclusão para todos os cidadãos.

Consequentemente, embora o nosso programa não aborde a liberdade religiosa diretamente, os princípios de igualdade, inclusão e não discriminação promovidos pelo Volt Portugal são consistentes com o apoio à liberdade religiosa como um direito fundamental e conducentes a que numa situação político em que nos fosse permitido revogar a concordata, o faríamos. Bem como a que a Igreja Católica seja tratada de forma igual a nível legal às outras comunidades de convicção.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos por religião num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

Usando como base a nossa declaração de princípios, que enfatiza a defesa do carácter social, democrático e não-confessional do Estado de Direito, bem como o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação, incluindo aquelas baseadas na religião ou convicções, pode-se inferir que o Volt Portugal valoriza a inclusão e a igualdade em todos os aspectos da sociedade, incluindo o sistema educativo.

Embora a Declaração de Princípios e o Programa para Legislativas 2024 não abordem diretamente a questão da educação religiosa nas escolas públicas, os princípios de inclusão e não-discriminação indicam que o partido sendo eleito para o parlamento, irá apoiar uma abordagem educacional que promova a igualdade e a inclusão, sem segregação por religião e o fim da educação religiosa na escola pública.

4. São favoráveis ao fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)?

Sim. na nossa Declaração de Princípios sublinhamos a defesa do carácter social, democrático e não-confessional do Estado de Direito, o que inclui

manter as instituições estatais, incluindo as educacionais, livres de práticas religiosas específicas para garantir a inclusão e a neutralidade do Estado em questões religiosas.

Para o Volt Portugal as instituições estatais, incluindo escolas e universidades, devem ser espaços neutros em termos religiosos, onde cerimónias religiosas específicas não sejam realizadas como parte das atividades institucionais oficiais. Esta interpretação está alinhada com o compromisso do partido com a igualdade, a inclusão e a não-discriminação.

5. Concordam com a revogação da chamada «lei dos sefarditas», que criou uma via para a nacionalidade na qual intervém uma comunidade religiosa e que concedeu a nacionalidade a dezenas de milhares de cidadãos que claramente não querem residir em Portugal (como o comprovam os Censos)?

Consideramos que a lei foi criada para reparar injustiças históricas contra um grupo étnico perseguido, não necessariamente um grupo religioso.

Dado o compromisso do partido com a igualdade de oportunidades e a não-discriminação, o Volt Portugal apoia políticas que garantam a igualdade de tratamento para todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou afiliação religiosa.

Por isso sim, defendemos a revogação da atual lei, mas a mesma poderia ser substituída por uma abordagem mais transparente e justa na regulamentação que fosse de encontro a reparar as referidas injustiças histórias relativamente a um grupo étnico.

6. Defendem a revogação do n.º5 do artigo 135 do Código do Processo Penal, que coloca o segredo religioso acima do sigilo das profissões laicas, e também a revogação do artigo 5.º da Concordata, que estipula que os «eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério»?

Sim. Dado o compromisso do partido com a igualdade de oportunidades e a não-discriminação, bem como a defesa de um Estado não-confessional, o Volt Portugal apoia políticas que garantam que nenhuma crença tenha privilégios legais que possam comprometer a justiça ou a igualdade perante a lei.

7. São favoráveis a que não denunciar o crime de abuso sexual de menores passe a ser crime para pessoas com responsabilidades, mesmo que temporárias, no cuidado de menores, nomeadamente funcionários de organizações de assistência social e sacerdotes de comunidades religiosas?

Sim. Dado o compromisso do partido com a proteção dos direitos humanos e a promoção de uma sociedade justa e inclusiva, o Volt Portugal apoia medidas que visem a proteção de menores e a responsabilização de indivíduos em posições de confiança e autoridade.

8. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

Sim. O Volt Portugal defende uma sociedade mais aberta, inclusiva e justa, assente na dignidade da pessoa humana e na defesa da paz. A promoção da igualdade de oportunidades e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação são pilares fundamentais para o partido. Neste contexto, a liberdade de expressão é um valor essencial para garantir uma sociedade democrática e plural, onde todas as vozes podem ser ouvidas sem medo de perseguição ou discriminação.